

cadernos

IHU
ideias

**A Relevante
Herança
Social
do Pe. Amstad SJ**

José Odelso Schneider

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ
The Relevant Social Inheritance of Fr. Amstad SJ

José Odelso Schneider
CECOOPS/PPGCS/UNISINOS

Resumo

Quais foram os legados mais significativos do Padre Jesuíta Teodoro Amstad para o cooperativismo, o associativismo e o desenvolvimento local, como base para uma sólida agricultura familiar e um sistema de crédito cooperativo autêntico no Brasil? Numa época da ausência de políticas oficiais em prol da pessoa humana e do desenvolvimento rural, como foi que a sociedade civil rural conseguiu formar e consolidar seus próprios espaços de autonomia e cidadania, ao mesmo tempo elevou o padrão de vida e de renda da população rural de imigrantes?

Palavras-chave: Pe. Amstad, cooperativismo, Sicredi, cooperativismo no RS, herança social.

Abstract

What were the most significant legacy of the Jesuit Priest Teodoro Amstad for cooperatives, associations and local development as the basis for a solid family agriculture and a system of authentic cooperative credit in Brazil? At a time of absence of official policies in support of human and rural development, how was the rural society able to form and consolidate their own spaces of autonomy and citizenship, while it could raise the standard of living and income of the population of rural immigrants?

Keywords: Fr. Amstad, cooperatives, Sicredi, cooperatives in RS, social heritage.

cadernos **IHU** ideias

**A Relevante Herança Social do
Pe. Amstad SJ**

José Odelso Schneider
CECOOPS/PPGCS/UNISINOS

ano 12 • nº 213 • vol. 12 • 2014 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

www.ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XII – Nº 213 – V. 12 – 2014

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling - Unisinos

Conselho editorial: MS Caio Fernando Flores Coelho; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca; Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Neves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Caio Fernando Flores Coelho

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

A RELEVANTE HERANÇA SOCIAL DO PE. AMSTAD SJ

José Odelso Schneider
CECOOPS/PPGCS/UNISINOS

1. Introdução

Quais foram os legados mais significativos do Padre Jesuíta Teodoro Amstad para o cooperativismo, o associativismo e o desenvolvimento local, como base para uma sólida agricultura familiar e um sistema de crédito cooperativo autêntico no Brasil? Numa época da ausência de políticas oficiais em prol do homem e do desenvolvimento rural, como foi que a sociedade civil rural conseguiu formar e consolidar seus próprios espaços de autonomia e cidadania, ao mesmo tempo que conseguiu elevar o padrão de vida e de renda da população rural de imigrantes?

São tais exemplos que demonstram a autonomia, o protagonismo e a participação da sociedade civil na busca comunitária de soluções para os inúmeros e complexos desafios que a realidade oferece. E o fazia, em parceria com o Estado, em prol de iniciativas e esforços conjuntos, não esperando tudo do Estado, alimentando expectativas paternalistas, dependentes e subordinadas. No texto a seguir, tentamos responder a essas perguntas de grande interesse histórico para o moderno cooperativismo de crédito e os rumos do desenvolvimento em nosso País.

2. Peculiaridades na vida de Amstad

Teodoro Amstad nasceu em Beckenried, na Suíça, em 9 de novembro de 1851 e, com vocação missionária, ingressou na Companhia de Jesus em 3 de outubro de 1870, uma época conturbada. Na Alemanha, onde iniciaria sua formação, emergira um sério conflito entre o catolicismo e o Governo de Bismarck, com o famoso “Kulturkampf”, que levou à expulsão dos jesuítas do País. Estes, poucos anos antes, haviam retornado à Alemanha, após a Restauração da Companhia, em 1814. Por isso, Amstad realizou seus períodos de formação na Holanda, onde cursou Filosofia; na Áustria, como professor por dois anos no Colégio Stella Matutina de Feldkirch; e quatro anos de Teologia em Ditton-Hall, na Inglaterra. Lá, também, tornou-se sacerdote em 1883 e, pouco depois, concluída a sua formação, toma, em 1885, o rumo do Brasil.

A estada de quatro anos na Inglaterra foi, talvez, providencial, pois a nação inglesa experimentava na época plena efervescência no surgimento e na consolidação de cooperativas, especialmente a partir de 1844, por iniciativa dos pobres e explorados 28 tecelões de Rochdale e, depois, promovidas a partir da década de 1850, pelo movimento dos “socialistas cristãos”, liderados por Vansittart Edward Neale, que chegou a interagir com alguns Pioneiros de Rochdale. Além de estimular a criação e difusão de cooperativas, Neale e os “socialistas cristãos” contribuíram na multiplicação de cooperativas e na formação da Primeira Central Cooperativa de Consumo (LAMBERT, 1975, p. 43, 142; MLADENATZ, 2003, p. 209-215).

Aqui chegando em 1885, o Pe. Teodoro Amstad logo passou a ser destinado para várias frentes, sendo uma das mais estáveis a de São Sebastião do Caí. Dois anos depois, em 1887, recebeu o documento de naturalização brasileira. Enquanto vigário paróquial em São Sebastião do Caí, onde permaneceu por 12 anos, Pe. Amstad percorria as capelas do interior. Depois, por oito anos, de 1898 a 1906, seguiu na mesma função na paróquia de São José do Hortêncio. Por fim, de 1908 a 1912, foi vigário-cooperador na paróquia de Lajeado, e, embora fosse o mais idoso dos quatro jesuítas da Residência de Lajeado, também na nova frente de trabalho coube-lhe a função precípua de atendimento às capelas do interior. Enquanto nesta função, ou depois, passou também a percorrer Feliz, Novo Hamburgo, Dois Irmãos, Ivoti, Taquara, Montenegro e Harmonia. Quando vigário-cooperador de São Sebastião do Caí, coube-lhe atender também áreas de colonização italiana no extenso âmbito da sua paróquia. Como suíço, era também familiarizado com o italiano. Por isso, visitava e interagia com as comunidades ítalo-brasileiras de Caxias do Sul, Santa Lúcia do Piaí (distrito rural de Caxias), Nova Petrópolis, Pedancino, Linha São Roque, Gramado, São Francisco de Paula, Nova Pádua, Rolante, Conde d’Eu, Alto Feliz e Carlos Barbosa. Além de suas empenhativas atividades especificamente pastorais e religiosas, como bom religioso que era, dedicou também um bom tempo para as questões da promoção econômica e social dos produtores rurais familiares de então.

3. Realizações Pioneiras – A Associação de Agricultores

Realizava todas estas atividades no lombo de uma mula – “sua montaria” como cavaleiro itinerante ou como “Caixeiro Viajante de Deus”, em estradas que na época, em sua maioria, eram bem precárias, até perigosas. Em 1905-1906, enquanto vigário cooperador da paróquia de São José do Hortêncio, foi duas vezes a Cerro Largo e de lá seguiu até a Província de Misiones - Argentina, para acompanhar de perto colonos alemães na fundação e estruturação de cooperativas de crédito – as “caixas rurais”. Isto ocorreu em Cerro Largo, Capióvi, San Alberto e

Puerto Rico. Estas atividades ocorreram no seguimento da primeira cooperativa de crédito do Brasil e da América Latina, fundada por ele e um punhado de 19 pequenos produtores familiares em 28 de novembro de 1902, em Linha Imperial, Nova Petrópolis. Esta cooperativa celebra em 2014 seus 112 anos de atividade ininterrupta, agora como “SICREDI PIONEIRA”, tornando-se a 12ª maior cooperativa de crédito da América Latina, oitava maior cooperativa de crédito do País, dentre as 1.064 cooperativas de crédito existentes em 2010, e a terceira maior do Sistema Sicredi com 99.685 associados em 2014¹.

Outra importante iniciativa inovadora do Pe. Amstad foi estimular a criação da Associação Gaúcha de Agricultores, em 1900, na então Santa Catarina da Feliz, através da qual, como iniciativa ecumênica muito pioneira para aquela época, criaram-se processos de sinergia entre católicos e evangélicos em benefício do pequeno e médio produtor familiar. Anualmente, de 1900 a 1909, organizava-se uma Semana Rural, debatendo temas relativos aos desafios do desenvolvimento rural com especialistas, e organizada por padres, pastores e dirigentes católicos e evangélicos².

Tal iniciativa ocorreu quando a economia gaúcha, também a economia da zona de colonização ítalo-germânica, vinha passando por uma crise de decadência. Desde 1824, com a vinda dos primeiros imigrantes germânicos, até 1870, a economia gaúcha, após superar os períodos iniciais de adaptação, vivera um período de grande progresso, favorecida pelos bons preços dos produtos exportados para os Estados do Centro do País: farinha de mandioca, feijão, milho e banha. Circulavam com abundância no mercado as moedas “onça de ouro”, que indicavam a boa liquidez na renda dos colonos imigrantes. Por isso, a crescente exigência na melhoria da qualidade dos artigos que compravam, preferindo produtos importados, de boa aparência e qualidade, em detrimento das mercadorias produzidas industrial ou artesanalmente nas regiões coloniais. Com efeito, segundo Jean Roche, “é à colonização alemã que o Rio Grande do Sul deve o ressurgimento de sua agricultura... ()”; e continua: “é certo que entre 1824 e 1876, a agricultura foi a atividade característica e exclusiva dos colonos alemães, e que, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, forneciam dois terços, pelo menos, da

1 As oito maiores são pela ordem: A Sicoob Credicitrus de Bebedouro/SP, a Sicoob COCRED de Sertãozinho/SP, a VIACRED de Blumenau/SC, a Sicredi Ouro Verde/MT, a Sicoob COOPERFORTE, de Brasília, a Sicredi UNIÃO/PR, a CREDICOAMO/PR e a Sicredi PIONEIRA/RS.

2 Entre eles, Padres Teodoro Amstad, Max von Lassberg, José von Lassberg, João Rick, Ambrósio Schupp, Droste, Pedro Gasper e Eugênio Steinhart, e os Pastores Kreuer, Hunsche, Gans, Dedekind, Kreuzer, Schlieper e Pechmann. Entre os líderes leigos mais relevantes empenhados nas atividades da Associação, pode-se mencionar, entre vários, Hugo Metzler, Dr. Schlatter, Professores Hillebrand e Kniest, os colonos Feix, Loew, Wilhelm Hansel, Friedrich e Jacob Schneider. (Rambo, 2011, pp. 180, 204, 211)

produção agrícola do Rio Grande do Sul” (ROCHE, 1969, p. 243). A cultura luso-açoriana, que precedeu a imigração alemã em mais de 75 anos, passou a se caracterizar mais pela criação de estâncias, geralmente de tamanho médio e grande, vários como latifúndios e destinados à atividade pecuária.

Quando, a partir de 1880, os Estados do Centro do País passaram a produzir o que antes compravam de nós, a Região Colonial iniciou o seu processo de declínio, chegando ao auge nos finais do século XIX. Pobreza e dependência econômica crescente, desarticulação da produção industrial e artesanal local, preços baixos dos produtos agrícolas, decadência nas condições de vida da população colonial. É este o momento da inserção oportuna de Amstad, reforçado por lideranças religiosas e rurais de então, na vida e nos desafios dos produtores imigrantes. Tanto isso é assim, que “foi com muita justiça que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em 1974, por ocasião do sesquicentenário da imigração alemã, escolheu o retrato de caixeiro-viajante do Pe. Amstad e a casa do Imigrante de Feitoria Velha, para constarem no selo comemorativo que perpetua a efeméride” (NEIS, 1976, p. 83).

Por isso, no Congresso que viria a discutir e aprovar a criação da Associação de Agricultores, Amstad, num discurso magistral, que provavelmente intuiu, como ele mesmo admite, ao longo de suas muitas cavalgadas solitárias, combinou a caracterização fiel da situação de dependência do País, e especialmente da região colonial, com uma declaração de comprometimento sincero com o País: “A dependência do estrangeiro na qual se encontra atualmente o nosso Brasil, no que se refere à economia, representa o grande gigante Golias, que zomba de nós todos os dias, como o fez com Israel. Os frutos do trabalho pesado, os resultados do amargo suor, o colono leva à casa de comércio no lombo de animais carregados ou em carroças abarrotadas. O que consegue em troca, porém, em tralha importada, carrega, sem maior esforço, nos braços para casa. Por esta razão, escuta-se hoje a queixa generalizada: ‘Pelos nossos produtos nada recebemos; por aquilo, porém, que precisamos comprar, pagamos o dobro ou o triplo’. Todos concordarão comigo quando digo: a dependência em que nos encontramos em relação aos países estrangeiros, no plano econômico, na verdade, significa uma nova escravidão que ameaça nosso País. E como significou para o Brasil um dever de honra abolir a antiga escravatura, assim também representa, para qualquer brasileiro autêntico, um dever de honra pôr mãos à obra e, com determinação viril, manter afastada do nosso querido Brasil essa nova forma de escravidão” (RAMBO, 2011, p. 66). Amstad finaliza sua intervenção perguntando: “Como conclusão, quero restringir-me à pergunta: qual seria a forma prática de concretizar as proposições? (...) A reflexão tem que ser acompanhada pela ação. Um sem o outro nada resolve. E quando se trata de resolver um problema muito sério, não basta que se lute isoladamente.

Não basta que um só indivíduo ponha mãos à obra. Será a tarefa de muitos em regime de cooperação. Assim, se quiserem mover uma grande pedra e estiverem presentes vinte homens, e cada um isoladamente tentar removê-la, nada se conseguirá. Se, porém, os vinte homens agarrarem em conjunto, obedecendo a um só comando, fizerem força ao mesmo tempo, levantarão com facilidade a pesada carga...”.

Logo adiante, tenta aplicar o sentido da parábola: “Como a prezada assembleia pode ver, esse é um retrato da nossa situação. Os tempos difíceis, a grande dependência do estrangeiro em que nos encontramos, pesam sobre nós como um pesado fardo. Aos indivíduos isoladamente fica impossível livrar-se dele. Se, porém, nos reunirmos, se criarmos uma Associação de grande porte e abrangente, tornar-nos-emos fortes e sempre mais fortes. Mesmo se não conseguirmos alijar com um só golpe o fardo, com cooperação, com vontade e com persistência, muito poderá ser feito. Fundemos uma Associação que se destina ao auxílio mútuo...” (RAMBO, 2011, p. 73 e 74).

A função mais urgente da Associação deveria ser estimular a produção nacional, utilizando todos os meios de produção, tanto das matérias-primas agrícolas quanto da produção artesanal e industrial. A estrutura da Associação poderia organizar-se segundo as características circunstanciais já existentes. Cada aglomerado humano no interior rural, cada picada formaria sua associação. Das associações de picadas ou de povoados rurais que compõem a paróquia, resultaria a associação paroquial ou distrital. Da reunião das associações distritais ou paroquiais, surgiria a Associação Municipal e do conjunto das Associações Municipais emergiria a Associação Geral ou Global (RAMBO, 2011, p. 74)³.

Portanto, Amstad não permanece apenas na constatação da dependência, mas apresenta propostas concretas e procura motivar os ouvintes a implantar as iniciativas que superem a dependência, ou seja: que se qualifique, amplie e diversifique a produção agropecuária, que a ampla elaboração de fios e tecidos domésticos antes difundida na região colonial, agora se transforme em pequenas oficinas artesanais ou industriais de tecidos, a fim de oferecer produtos capazes de concorrer no mercado. A mesma reação na produção de derivados do leite, pois que a Região naquela época já era grande produtora de leite, bem como na produção de derivados do couro e do beneficiamento de alimentos. Simultaneamente a isso, nas regiões coloniais montar boas estruturas de comercialização, para canalizar a produção da Região para os centros de consumo.

3 Sobre o papel da Associação, escrevia o próprio Amstad: “Como resultados particularmente importantes da ‘Associação de Agricultores’, deve-se mencionar as fundações de duas colônias florescentes, a de Cerro Azul, hoje Cerro Largo, e Boa Vista (Santo Cristo), a instalação da 1ª Caixa Econômica Rural e as primeiras experiências feitas através da fundação de cooperativas. Minha ação principal em favor da vida associativa apenas começou, no entanto, em 1912, e foi com a fundação da ‘Sociedade União Popular’” (Amstad, 1981, p. 198).

4. O empenho pelo associativismo, as Semanas Rurais e os Projetos de Colonização

Sem dúvida, a conclamação de Amstad era oportuna para aquela época e continua realista e atual para o nosso tempo. No discurso, começa advertindo que não pretende dissertar sobre sofisticados conceitos da economia nacional, de comércio internacional ou de política econômica segundo fontes e obras técnicas. Mas, atendendo ao público majoritário destas Semanas Rurais – o colono da produção familiar, acostumado a uma linguagem direta, plástica, simples e concreta –, Amstad, no seguimento do mesmo discurso histórico, pondera: “Quando um carroceiro se descuida e a carroça fica presa num atoleiro, a primeira coisa que deve fazer é verificar onde está presa, para, em seguida, tomar as providências para libertá-la. Na atual conjuntura, temos de agir da mesma forma. A dependência do estrangeiro representa o atoleiro profundo no qual o carro com a riqueza nacional brasileira se encontra aprisionado. É preciso saber como chegamos nessa situação. Depois, refletamos sobre os meios e os caminhos que nos podem libertar. Dito de outra maneira: respondamos a duas perguntas: No plano econômico, quais as causas que nos levaram à dependência do estrangeiro? Sempre no plano econômico, qual o caminho para libertar o País do estrangeiro?” (RAMBO, 2011, p. 67).

Portanto, como desencadear medidas reativas à crise de decadência que vivia a economia gaúcha nos finais do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX? Situam-se, nesta linha de preocupações, tantas iniciativas, todas lideradas pelo Pe. Amstad, companheiros jesuítas, pastores evangélicos e por lideranças coloniais leigas, tanto católicas quanto evangélicas. Foi assim com a criação da Associação de Agricultores, as cooperativas de crédito, o lançamento das “Semanas Rurais”, que ocorreram inicialmente sob o estímulo da Associação de Agricultores, e, depois, também por iniciativa da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais. Mas, pela sua relevância histórica, os padres, pastores e lideranças leigas envolvidas na Associação começaram a discutir e a planejar também a assunção de novos projetos de colonização. Isto já se inicia com a Segunda Assembleia Geral em 1902, em São José do Hortêncio, quando se constata a gravidade do excedente populacional jovem nas regiões coloniais, que não tinha condições de fixar-se nas regiões de origem, junto com a exaustão dos solos, a ameaça do crescente fracionamento das propriedades rurais e a perda da competitividade da produção colonial. Necessitava-se de uma economia agrícola mais eficiente, mais dinâmica e mais rentável. Como? Passou a ser um dos desafios mais sérios da Associação, segundo o próprio Amstad, enfrentar a abertura de novas fronteiras de colonização. As áreas de terra das antigas regiões de colonização estavam já todas ocupadas.

Após inúmeras sondagens de áreas propícias à colonização, surge, por fim, a opção por áreas afastadas da antiga região colonial, mas muito férteis e de grandes extensões, de no mínimo 30 mil km², na Região das Missões. É assim que surge a alternativa de atrair os excedentes populacionais para a colonização de Serro Azul (posterior Cerro Largo) e para Boa Vista (posterior Santo Cristo) e, 24 anos depois, para Porto Novo (hoje Itapiranga), no extremo oeste de Santa Catarina.

No decorrer das diversas iniciativas e encontros promovidos pela novel Associação, procurava-se mobilizar os produtores rurais, para valorizarem suas cooperativas recém-criadas, na produção agropecuária em geral e, especialmente, nas cooperativas lácteas e de crédito, para administrar bem suas propriedades, melhorar o volume e a qualidade da produção, ter um cuidado com o manejo das matas, das pastagens e do gado, evitando a degradação dos solos, explorando os adubos verdes e orgânicos das matas e os resíduos deixados pela atividade pecuária. Igualmente se insistia em como diversificar culturas e introduzir novas culturas, já havia a preocupação por uma preliminar previdência social privada, e, finalmente, em como implantar um serviço de assistência materno-infantil, para evitar a alta incidência de mortes prematuras de jovens mães parturientes e de seus nascituros, etc.⁴ Isto levou a Associação a se preocupar com a formação de parteiras, sendo encarregado de sua qualificação o médico Schlatter, de Estrela. Pelo relevante serviço que efetivamente passaram a cumprir, com o seu próximo acompanhamento junto às mulheres grávidas de cada picada e comunidade rural, graças aos efeitos positivos desta assistência, as parteiras passaram a ser mui estimadas e veneradas em meio à população local (RAMBO, 2011, p. 140, 346-350).

A decisão de assumir e enfrentar o grave problema da falta de assistência às parturientes, através de ações sérias e urgentes e de natureza permanente e a longo prazo, foi tomada durante a sétima Assembleia Geral da Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul, realizada em Estrela em 1907. Porém, tornou-se realidade apenas no ano seguinte, na oitava Assembleia Geral, realizada em Santa Cruz em 1908. Com o Dr. Schlatter tendo assumido a tarefa de formar parteiras, os resultados logo se manifestaram: as recém-formadas passaram a exercer a profissão com prontidão e eficiência e côncias de suas responsabilidades. “Sua dedicação à causa foi objeto de referência, de manifestações de reconhecimento e de gratidão registradas em almanaques, jornais, periódicos, palestras, conferências e comunicações por ocasião de encontros, reuniões das associações e de Congressos Católicos” (RAMBO, 2011, p. 347).

4 Na paróquia de São José do Hortêncio, no período de 40 anos, entre 1868 e 1908, dos falecidos entre 30 e 50 anos de idade, constavam 21 homens e 51 mulheres (Rambo, 2011, p. 346).

5. Vizinhança para com a realidade rural dos colonos alemães e italianos

Como pode constatar-se, Amstad tinha uma visão bastante realista da situação dos colonos imigrantes de então. Nas suas infundáveis e cansativas cavalgadas solitárias pelo interior das paróquias às quais servia, entrava em contato direto com muitos agricultores de etnias diferentes e sabia aconselhar com muita propriedade os colonos no enfrentamento e na superação dos seus desafios, pois os conhecia de perto. Como bom estatístico, como estudioso da genealogia de aproximadamente 600 famílias coloniais, como meticuloso elaborador de mapas de 16 municípios do Estado por ele conhecidos de perto⁵, era a pessoa ideal para acompanhar os produtores familiares teuto-brasileiros.

Um interessante estudo realizado a partir de um levantamento de Amstad em 15 municípios do Rio Grande do Sul conseguiu relacionar 316 ou 327 (segundo outras fontes) entidades associativas, relação não completa, e referentes aos inícios da década de 1920. O autor se queixa, pois inúmeras informações solicitadas deixaram de ser fornecidas. Nesta relação, havia informações que iam desde a existência de formas associativas teuto-brasileiras até a indicação de detalhes sobre cada uma delas, tais como ano de fundação, número de sócios, finalidade, êxitos e fracassos. Entre os municípios de então, destacaram-se Santa Cruz, com 92 entidades, Venâncio Aires, com 46, Porto Alegre, com 40, Rio Pardo e Taquara, com 23, e São Lourenço, com 19 (RAMBO, 1988, p. 56-72).

Como ocorriam geralmente as muitas reuniões presididas pelo “secretário itinerante” nas comunidades do interior? Segundo depoimento de Amstad, “seria errado pensar que, aceitando eu tais atividades associativas, se tivessem findo para mim os trabalhos na cura de almas! O que procede é o contrário. Precisamente o trabalho na ‘Sociedade União Popular’ permitiu-me continuar as atividades apostólico-pastorais. Cada visita a uma das secções associativas também era uma visita de caráter pastoral para a respectiva comunidade” (AMSTAD, 1981, p. 198).

E, detalhando mais, continua um pouco adiante: “Para melhor aclarar tudo isso, segue aqui um dia de trabalho meu, para os tempos em que era Secretário Itinerante da SUP: ...Depois de haver-se comunicado a tempo o dia da visita a uma secção, aparecia eu à notinha na comunidade em foco. E começava-se de imediato a reunião preparatória com a Diretoria já nomeada e aquela Diretoria Seccional, que na manhã seguinte houvesse de nomear-se”. Já no outro dia, de manhã cedo, após a missa, “realizava-se a reunião da SUP, sendo que só pelo meio-dia chegava a meu alojamento para o almoço”. E, após o almoço, logo que

5 Elaborou mapas de São Leopoldo, Taquara, São Sebastião do Caí, Montenegro, Lajeado, Estrela, Venâncio Aires, Santa Cruz, Candelária, Santo Ângelo, Santa Rosa, São Luis, Cruz Alta, Passo Fundo, Erechim e Palmeira das Missões.

possível, “havia uma conferência aos membros da Associação, a complementação ou o aperfeiçoamento das listas de sócios, o balanço geral das contas e, frequentemente, o despacho da correspondência epistolar que urgia” (AMSTAD, 1981, p. 198-199).

No que respeita à pioneira e precoce preocupação com o meio ambiente, em vez de considerarem a mata virgem, inicialmente, como hostil para os imigrantes, esta passou a tornar-se parceira na implantação de pequenas propriedades, onde estas, tendo de vinte a cinquenta hectares, foram-se alinhando nas margens dos cursos dos rios e dos seus afluentes ou no dorso das elevações, modelando a mesma estrutura fundiária e o mesmo arranjo comunal” (RAMBO, 2011, p. 14). A nona e última Assembleia Geral da Associação, realizada em 1909 em Taquara, ocupou-se de maneira especial do manejo das matas, no plantio de árvores nativas, dos insumos orgânicos, do adubo verde, da necessidade da diversidade de culturas e de maior flexibilização, rapidez e boa vontade no despacho de documentos junto à burocracia oficial. Novamente o Pe. Amstad e Max von Lassberg tiveram expressiva participação no encaminhamento de sugestões para minorar os problemas e desafios então enfrentados pela população colonial.

A Associação de Agricultores, além de ecumênica, pretendia também ser interétnica, unindo a colonização luso-açoriana no processo de interação. Mas a última intervenção tornou-se inviável, pois entre os luso-açorianos predominava a grande propriedade pecuária, portanto, com problemas e interesses diversos dos da pequena e média propriedade familiar. Vejamos sobre isso o pertinente comentário de Arthur Rabuske, ao traduzir e comentar as “Memórias Autobiográficas” do Pe. Amstad:

“Acrescentemos à observação de Amstad que a Associação, além de ecumênica, visava, em seu estatuto, a atingir os agricultores de todas as etnias e línguas então em vigor no Rio Grande do Sul. O difícil, contudo, foi que, na prática, era como que impossível fazer funcionar uma Associação, em ao menos três línguas diferentes, como a lusa, alemã e italiana. Além disso, teria de verificar-se como que inatingível o elemento rural dos nossos grandes latifúndios. Vale, ao mesmo tempo, no caso, a amplitude do ideal associativo” (RAMBO, 2011, p. 227).

A pouca participação efetiva de italianos na vida da Associação deveu-se, em primeiro lugar, ao fator língua. Mas, mesmo com esse obstáculo, as ideias propostas nas Assembleias Gerais tiveram boa aceitação entre os colonos italianos. Foi, de modo especial, no cooperativismo que os resultados se mostraram duradouros, como testemunha o próprio Amstad:

“No ano de 1900, eu fiz a primeira experiência, e foi no Congresso Geral dos Católicos Teutos do Rio Grande do Sul, criando a Associação dos Agricultores interconfessional. O plano deu certo. Também os italianos passaram por isso a unir-se nos assim chamados “Comitati”, ou Comitês. (...)Se acaso essa

experiência inicial não importou num sucesso pleno junto aos teutos, nem ainda junto aos italianos, teve-se, contudo, a vantagem de abrir caminho para posteriores fundações associativas de caráter estável” (RAMBO, 2011, p. 225)⁶.

6. A Sociedade União Popular e seu secretário itinerante. O meio ambiente

Numa manifestação precursora e pioneira de preocupação pelo meio ambiente, este já era um tema bastante presente nos estudos e debates das Semanas Rurais e, de modo especial, na Nona e última Assembleia Geral de Taquara, em 1909, numa ampla e detalhada exposição do padre Max Von Lassberg. Considere-se que apenas 25 anos depois, em 1934, foi editado o primeiro Código Florestal, que criou o limite do direito de uso da propriedade, a chamada “quarta parte”, estabelecendo a reserva obrigatória de 25% de vegetação nativa de cada propriedade rural. Em 1938 se edita o Código das Águas e em 1965 se atualiza o Código Florestal em função da nova realidade rural em curso (BRAGA FILHO, 2011, p. 118).

Ainda em 1912, apoiado por lideranças da produção familiar, Amstad funda a “Sociedade União Popular” – SUP, enquanto os evangélicos preferiram criar a “Liga das Uniões Coloniais Rio-grandenses”, ou “Liga União Colonial”, em vez de ficarem vinculados ao Sindicato recém-criado. Amstad tornou-se o Secretário da Sociedade União Popular e, como cavaleiro itinerante, passou a percorrer incansavelmente vilas e cidades do Rio Grande do Sul.

O Pioneiro Amstad, como secretário da Sociedade União Popular, foi liberado das funções paroquiais para dedicar-se integralmente à nova função, que o obrigou a viajar muito, formando 13 novas cooperativas de crédito no Estado e percorrendo, segundo ele, no lombo da mula, mais de 80 mil km em sua montaria (ou 180 mil, conforme outras fontes), com uma média anual de 5 mil km, em 36 anos de andanças pelo Estado (AMSTAD, 1981, p. 173). Somente nos oito anos de atividades em São José do Hortêncio, segundo estimativas de Amstad, em suas visitas às capelas e a comunidades rurais dispersas e distantes da paróquia, às vezes por caminhos ruins ou até horríveis, cavalgou em torno de 40 mil km, ou seja, uma vez a volta da Terra em torno do Equador. Nos 52 anos de Brasil, teve 28 anos de paróquia, 14 anos de escritor e 10 anos de Secretário Geral da Sociedade União Popular, período durante o qual acompanhou a criação e consolidação da Cooperativa SICREDI UNIÃO RS, centenária em 2013 e hoje a quinta maior cooperativa dentre as 100 do Sistema SICREDI. Enquanto ainda com plena saúde, na sua

6 Note-se que 78,6% dos imóveis de atuais associados de cooperativas têm de 0 a 100 ha e 67,3% têm de 0 a 50 ha, cf. quadro da lâmina 38! Apenas 21,4% têm mais de 100 ha. Fonte: OCB –GEMERC - 31/12/2010.

vida ativa realizou 2.297 visitas a paróquias e capelas, com uma média de 60 visitas por ano e cinco visitas mensais, mostrando o muito do trabalho que conseguia realizar.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Brasil aderiu contra a Alemanha/Áustria/Itália. Internamente isso se refletiu no maior controle e acompanhamento da população de colonização teuto-italiana. Impediu-se a continuidade dos órgãos de divulgação (revistas, jornais, boletins) em alemão e italiano, e o próprio Amstad teve que suspender ou restringir suas visitas e reuniões associativas como secretário itinerante. Por isso, no período de 1917 a 1919, passou a administrar uma “Agência de Emprego”, com a finalidade de minorar um problema muito sentido durante o período bélico, que era oportunizar trabalho e renda a muitos desempregados nas regiões coloniais. Esta iniciativa passou a ser uma das atividades associativas mais apreciadas por Amstad, pois, neste campo de trabalho social, encontrou a plena realização da SUP, de “Tornar-se tudo para todos” (AMSTAD, 1981, p. 199).

Os padres Amstad e Max von Lassberg acompanharam todas as Assembleias Anuais da Associação, da primeira até a nona – a última, realizada em 1909 em Taquara –, sempre se caracterizando por intervenções detalhadas, oportunas, práticas e quase sempre bem acolhidas pelos assembleístas. A partir da Segunda Assembleia, realizada em São José do Hortêncio nos dias 11 e 12 de fevereiro de 1902, já era um tema presente a necessidade de enfrentar a abertura de novas fronteiras de colonização, devido à pressão do excedente populacional jovem, pois, segundo informações de Amstad, cada mil famílias da região colonial produziam anualmente um excedente de 200 pessoas. Este tema era retomado nos eventos assembleístas seguintes (RAMBO, 2011, p. 94), mostrando a grande preocupação social e comunitária da Associação em oferecer oportunidades de trabalho e renda em prol das novas gerações, acompanhando via Sociedade União Popular e de forma direta e participativa a colonização de Serro Azul (depois Cerro Largo), de Boa Vista (depois Santo Cristo) e, desde 1926, a colonização de Porto Novo (depois Itapiranga), no extremo oeste de Santa Catarina.

Ajudou igualmente a fundar o Banco Agrícola Mercantil – AGRIMER (RAMBO, 2011, p. 159), voltado prioritariamente para o favorecimento dos pequenos e médios produtores rurais familiares, banco que alguns anos depois foi incorporado à União de Bancos Brasileiros – SA, entidade financeira com objetivos e prioridades diferentes. O que se visava era pôr à disposição dos agricultores, na sua própria localidade, e sob sua própria gerência, administração e responsabilidade, instituições ágeis, de baixo custo operacional, capazes de assegurar uma boa renda/poupança e, ao mesmo tempo, facilitar o socorro, mediante juros exequíveis, quando a necessidade se fizesse sentir (NEIS, 1976, p. 81, RAMBO, 2011, p. 161).

Em 1923, Amstad sofreu um grave acidente de montaria, que o afetou com a fratura do fêmur e amassou um pé, obrigando-o, desde então, durante 18 anos até a morte, a viver em cadeira de rodas. Embora confinado na Vila Gonzaga, mesmo assim não parou: colaborou com vários periódicos alemães, promoveu muitas publicações estatísticas de famílias, de paróquias e seus habitantes, das indústrias e do comércio das regiões de colonização e das escolas, encadernou livros, desenhou mapas, redigiu necrológios de jesuítas, elaborou e divulgou um livro sobre o Centenário da Imigração Alemã no Brasil em 1924. Enquanto ainda na vida ativa, promoveu a construção de um asilo, depois ampliado para o Hospital de São Sebastião do Caí, e a compra do então seminário menor de Pareci Novo (RAMBO, 2013, p. 319, 324 e 338). No caso de uma das iniciativas, de 1912 a 1917 acompanhou de perto a “Associação Beneficente para o Sustento do Asilo Sagrada Família” de São Sebastião do Caí, coletando recursos financeiros e vários outros tipos de apoios em benefício desta obra (AMSTAD, 1981, p. 199). Como cadeirante, escrevia por ano de 5 a 6 centenas de cartas para amigos do anterior trabalho.

7. A contribuição de Amstad como escritor

Amstad, desde os inícios da Associação de Agricultores do RS, preocupou-se que ela tivesse também o seu Boletim Informativo, o “Bauernfreund” – O Amigo do Agricultor, no qual Amstad mantinha a coluna “O ABC do Agricultor”. O Boletim, que iniciou com 800 assinaturas, em 1904 já contava com 1.800 assinantes (NEIS, 1976, p. 78). Outro veículo de comunicação que teve a assídua presença de Amstad foi a Revista “Skt. Paulusblatt”, órgão de divulgação da Sociedade União Popular, ainda em circulação em 2014, na qual por cerca de 25 anos contribuiu com artigos e suas reflexões sobre a realidade rural, as vantagens do associativismo e das cooperativas, como instrumentos de ajuda mútua em busca de mais bem-estar, mais autonomia e protagonismo dos pequenos produtores da agricultura familiar (AMSTAD, 1981, p. 201).

Na época da implantação do asilo entre 1912 e 1917, e praticamente até 1940, o acesso aos serviços hospitalares por parte das comunidades do interior era um grande desafio. Para problemas mais graves de saúde, a única opção era a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, quando a única forma de locomoção possível era o cavalo, a carroça, ou uma maca improvisada, carregada por estradas, caminhos e trilhas precárias. Ou eram transportados até o porto do Caí e de lá embarcados em lanchas a vapor, e após várias horas de percurso fluvial chegavam à capital. Somente anos e décadas depois, foram surgindo hospitais e casas de saúde em comunidades maiores do interior, o primeiro dos quais em São Sebastião do Caí, na década de 1930, construído em várias etapas desde 1933 até sua con-

clusão em 1937. Neste hospital, por desejo expresso da Diretoria da Sociedade União Popular, tudo foi previsto e detalhado de maneira que pudesse ser equiparado aos congêneres mais modernos dos grandes centros urbanos (RAMBO, 2011, p. 337, 338, 340). O hospital permaneceu sob o controle da Sociedade União Popular até 1990, quando sua propriedade passou para as Irmãs de Santa Catarina, que já administravam o Hospital Regional Regina de Novo Hamburgo e o de Ivoti.

Amstad teve excelentes sucessores na Secretaria e Coordenação da Sociedade União Popular, nas pessoas dos Padres Max von Lassberg e João Evangelista Rick. Ambos souberam dar continuidade à obra da Sociedade, apoiando a fundação de cooperativas, de outras associações e, de modo especial, acompanhando de perto projetos de colonização em Cerro Largo, Santo Cristo e depois Itapiranga (antes Porto Novo), no extremo oeste de Santa Catarina. Promoveram a construção de escolas paroquiais e até de hospitais nestes projetos de colonização, como ocorreu com a fundação de um Asilo para pessoas de idade, em São Sebastião do Caí, que depois, entre 1930 e 1937, evoluiu para o lançamento do Hospital, hoje integrado por vários especialistas e assumindo o caráter de hospital regional. Pelo mesmo estímulo da Sociedade União Popular, os sucessores de Amstad contribuíram diretamente para a fundação do Leprosário de Itapoã e do abrigo para menores de famílias leprosas em Belém Velho (RAMBO, 2013, p. 317, 341).

8. A construção do Leprosário e do Abrigo de Menores

A construção de um Leprosário foi inicialmente pensada para Santa Cruz do Sul ou outra região do Vale do Rio Taquari, pois eram as regiões mais afetadas por esta doença, então incurável e altamente contagiosa, que se disseminou depois da Primeira Guerra Mundial. Por isso, a Assembleia de Delegados da Sociedade, havida em 1925 em Santa Cruz do Sul, abordou o tema insistindo na urgência de uma solução. Inicialmente se pensava pressionar o poder público para arcar com a iniciativa. Mas, também, houve unanimidade dos participantes em enfrentar a situação, já que, se o Estado se omitisse, não restaria outra saída senão a iniciativa privada, mediante a SUP, cuidar do problema. A mesma assembleia de delegados nomeou uma Comissão liderada pelo Pe. João Batista Rick para encontrar-se com o Presidente do Estado Borges de Medeiros. No encontro, encarceu-se a necessidade de construir um sanatório para abrigar e tratar os leprosos. Borges de Medeiros assumiu a proposta e comprometeu-se com a metade das despesas de construção, mas sob a condição de que a instituição fosse localizada em Santa Cruz do Sul ou Venâncio Aires. Posteriormente, além dessas duas comunidades, propôs-se o interior de Caxias do Sul, e até uma ilha do Guaíba. Em todos esses lugares, devido ao te-

mor de possíveis contágios da enfermidade, houve bastantes resistências junto à população local, e o próprio governo do Estado desistiu da parceria. Enquanto isso, o Fundo que se criara para a finalidade da construção e administrado pela Central das Caixas Rurais crescia e, com este, passou-se a adquirir terras em Belém Velho, pensando implantar ali o leprosário. Quando se divulgou a finalidade da aquisição, houve novas resistências da população local. Decidiu-se, enfim, que com os recursos do Fundo da Sociedade União Popular ali se construiria o Abrigo de Menores, o atual Amparo Santa Cruz, para abrigar as crianças de famílias leprosas. Algum tempo depois finalmente se concordou em um lugar definitivo para o leprosário em Itapoã, então, em parceria entre SUP e o governo, e se decidiu a sua construção a 30 km ao sul de Porto Alegre.

9. Exemplo de uma política social e de um desenvolvimento local e autônomo

Uma característica fundamental sobressai nesta iniciativa. A forma de associativismo teuto em geral e da SUP em particular passou a ser uma constante, manifestando a tendência em procurar resolver os problemas de forma solidária e autônoma, sempre partindo do local para o geral, com mútuo comprometimento, de forma cooperativa e somando forças, para o encontro de soluções aos problemas e desafios enfrentados nas comunidades, confiando nos associados e em suas lideranças. Recorrer ao governo em qualquer nível somente em casos extremos ou em questões impostas pela lei (RAMBO, 2011, p. 345).

A ênfase e a atenção dirigida para o desenvolvimento local livre, participativo e autônomo era uma consequência natural da atenção dedicada às cooperativas. O caráter autônomo de uma cooperativa tende a centralizar-se em unidades comunais locais e em membros individuais. Virtualmente uma cooperativa local constitui uma organização de lares em uma determinada comunidade. A responsabilidade final pelas resoluções de longo alcance cabe aos membros da sociedade local. Qualquer saldo financeiro das cooperativas retorna às mãos dos residentes na comunidade local. Este fluxo de circulação de bens ocorre no sentido contrário ao da concorrência dominante no mercado, onde os lucros de ramo de negócio são retirados regularmente da comunidade e enviados a matrizes distantes. Ou, segundo Alphonse Desjardins, introdutor do cooperativismo de crédito no Canadá: “Drena-se o capital das paróquias, para acumulá-lo nos grandes centros, dos quais a agricultura não tira proveito algum” (BOGARDUS, 1964, p. 36). Mesmo em cooperativas grandes ou em Centrais de grande peso e responsabilidade econômica e com caráter atacadista, os excedentes gerados retornam às cooperativas filiadas, que tendem a repassar os saldos aos membros locais. Assim, aumenta-se repetidamente o poder local de

compra, ao invés de drená-lo para as principais capitais financeiras da concorrência. Portanto, as cooperativas conservam a riqueza produzida em uma comunidade para o uso dela própria. As cooperativas solucionam a situação da gente pequena do mundo, restaurando ao povo a autonomia que a ação democrática proporciona, sem que se lance mão do controle do governo ou da revolução (BOGARDUS, 1964, p. 37).

O tipo de mentalidade que valoriza a autonomia “contou com um estímulo adicional muito poderoso durante os governos positivistas de Júlio de Castilhos, Carlos Barbosa e, de modo especial, de Borges de Medeiros. A estratégia positivista mandava entregar à iniciativa particular todas as tarefas e iniciativas que não implicassem diretamente nas políticas públicas gerais e a administração do orçamento. Nas demais, fazia-se valer o princípio de que ‘estabelecia-se quem tinha competência’. ...Dominava assim, entre o povo imigrante, uma mentalidade antipaternalista, que mandava recorrer ao governo em qualquer nível apenas em casos extremos” (RAMBO, 2011, p. 345-346).

Na fundação da Sociedade União Popular, novamente Amstad proferiu uma extensa saudação inaugural, mostrando a importância desta entidade para as regiões coloniais da época, agora voltada para os produtores familiares católicos, assim como para a mesma finalidade os evangélicos haviam criado a sua “Liga de Uniões Coloniais”. Mostrou aos presentes a amplitude e a grandiosidade do projeto de promoção humana embutido na proposta da Sociedade. Como secretário itinerante da Sociedade, se compromete de, ao menos uma vez ao ano, visitar as associações locais “com a finalidade de informar-se sobre as necessidades e os pleitos das mesmas, estimular a vida associativa e multiplicar as atividades associativas” (RAMBO, 2011, p. 243).

10. O principal legado de Amstad: Das Caixas Rurais ao Sistema Sicredi

Este homem original, criativo e pioneiro deixou como um dos seus legados importantes para a sociedade a criação e o acompanhamento das cooperativas de crédito, que em 1966 somavam em torno de 63 espalhadas pelo Estado e sendo um oportuno auxílio na área do crédito e financiamento de milhares de pequenos produtores familiares e outros, viabilizando sua permanência digna no campo. O cooperativismo de crédito vinha num momento oportuno, pois os micro e pequenos produtores, em matéria de colocação de suas magras poupanças ou de obtenção de algum empréstimo, não encontravam alternativas, pois não interessavam ao sistema bancário convencional. Estes preferiam e continuam a preferir os médios e grandes poupadores e prestamistas.

O sistema acompanhado por Amstad, criando pessoalmente 13 cooperativas de crédito, antes do seu acidente em 1923, teve momentos de crescimento qualitativo, além do crescimento numérico. Em Assembleias da Associação, e depois, também, nos eventos coordenados pela Sociedade União Popular – SUP e pela Liga das Uniões Coloniais, depois de 1912, falava-se na necessidade de criar uma central cooperativa de crédito para articular e qualificar melhor as diversas cooperativas singulares, várias delas com grande carência de pessoas qualificadas, bem como com problemas de eficiência e gerência. A Central das Caixas Rurais foi fundada em Santa Maria, em 1925, com a presença de 18 e não 25 cooperativas, estabelecendo a sua sede em Porto Alegre. A vantagem da Central é que ela conferiu maior visibilidade ao sistema das Caixas Rurais, perante a opinião pública, contribuiu para qualificar os funcionários das filiadas, fomentou a padronização de procedimentos e de prestação de contas e melhorou os serviços junto aos associados, como efetivos donos e usuários da organização.

O Pe. Amstad, nas suas visitas regulares às cooperativas como secretário itinerante da Sociedade União Popular, auxiliava a diretoria local a pôr em dia os livros, transmitia os procedimentos necessários e deixava orientações para o bom funcionamento das Caixas. Além disso, os professores das escolas paroquiais e comunitárias, seguindo à risca a proposta didático-pedagógica, assimilada na escola normal, que era igualmente acompanhada pela Sociedade União Popular, eram sem dúvida um reforço às iniciativas comunitárias, entre elas, a da qualificação das Caixas Rurais.

A Central das Caixas Rurais viveu o seu maior brilho no período entre 1925 e 1938, embora tivesse passado pelos impactos negativos e concentradores do Estado Novo e do próprio período da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Em fins de 1938, havia 35 Caixas associadas à Central Cooperativa, com sede em Porto Alegre. Estas cooperativas contavam naquele ano com 8.578 associados, o que daria uma média de 245 membros por cooperativa. As quatro Caixas então com o maior número de associados eram: Serro Azul (1.448 associados), Serra Grande (534 associados), Nova Petrópolis (529 associados) e São José do Herval (509 associados). Tais cooperativas verificaram também um crescimento expressivo no seu capital no período de três anos, pois de 1935 a 1938 o seu capital social cresceu a uma razão de 31,44%, passando de 63.492:000\$000 para 83.457:000\$000 (RAMBO, 2011, p. 364-365).

Na Região Sul do País, em geral as cooperativas dos 13 diferentes ramos passaram a ter uma presença e um crescimento constante, também assim as cooperativas de crédito. Em 2010 havia um total de 1.227 cooperativas na Região, representando 18,44% do total do país e respondiam por 38,44% dos quase 10 milhões de cooperados do País. Por outro lado, os três

Estados ocupavam 46,44% dos empregados do Sistema Cooperativo Brasileiro.

A Sicredi PIONEIRA, a primeira cooperativa de crédito fundada por Amstad e um grupo seletivo de pequenos produtores e herdeira da tradição das Caixas Rurais, no recente período de 2011 a 2013, cresceu em 25,35% no número de associados, 47,65% no patrimônio líquido e em 63,19% de sobras disponíveis. Outro setor no qual cresceu no mesmo período foi o das operações de crédito, com 42,03% de evolução, e em recursos totais, verificando um crescimento de 53,62%.

No que respeita à Cooperativa de segundo grau, a Central SICREDI Sul RS e SC conta em 2012 com 522 colaboradores, distribuídos nas três regionais de atuação: Serra, Sinos e Caxias e na Superintendência Regional.

Este modelo, nos finais da década de 1960 e durante a década de 1970, quase foi à falência devido a uma míope política pública econômico-financeira de fins daquele período, quando, a pretexto de desencadear “medidas de saneamento do mercado financeiro”, se inviabilizou a continuidade de umas 60 destas cooperativas, cancelando-as, como um verdadeiro atentado à espontânea e autônoma iniciativa comunitária de então.

Felizmente, com muita teimosia e persistência, nove destas cooperativas sobreviveram ao *tsunami* oficial e permitiram dar continuidade à etapa seguinte. Por isso, a partir de 1980, com a assessoria do cooperativista Mário Kruel Guimarães, recém-aposentado da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, partiu-se para uma reformulação e renovação do crédito cooperativado, criando o Sistema COCECRER, que alguns anos depois evoluiu para o atual SISTEMA SICREDI/RS e que passou a beneficiar-se com uma lenta e progressiva expansão e desenvolvimento autônomo.

Em nossos dias, o campo de atuação do SISTEMA SICREDI continua florescente. Transpondo os limites do Estado natal, já se implantou em onze Estados, ou seja: RS, SC, PR, SP, MS, MT, TO, PA, RO e GO e RJ. Nestes 11 Estados, conta com 100 cooperativas, 1.258 postos de atendimento ao cooperado – PACs, beneficiando já mais de 2,6 milhões de cooperados, como os reais donos do Sistema, numa possível média de 2026 associados por PAC. Conta ainda com estruturas cooperativas de segundo e terceiro graus, tais como quatro Cooperativas Centrais (formadas por cooperativas de base ou locais), uma Confederação (formada por Centrais, Federações e cooperativas de base) e uma Fundação⁷.

Segundo o anuário *Valor 1000*, do jornal *Valor Econômico*, o Sicredi está entre as maiores instituições financeiras do País. Encontra-se na 17ª posição entre os cem maiores bancos. Em 2013,

7 A Central Sicredi Sul é responsável por três entidades que também compõem o Sistema: a Confederação, a Fundação e o Banco Cooperativo Sicredi. As demais Centrais são: Central Sicredi PR/SP, a Central Sicredi Brasil Central e Central Sicredi MT/PA/RO (SICREDI PIONEIRA, 2014, p. 07).

ocupava o 18º lugar. Na publicação, figura também na 4ª colocação entre os que mais cresceram em depósitos totais, entre os 20 maiores bancos em operações de crédito (14º), com melhor rentabilidade operacional (17º), mais rentáveis sobre o patrimônio (19º) e entre os que mais cresceram em operações de crédito (8º).

O Sicredi aparece também, pelo quarto ano consecutivo, nos rankings *500 Maiores do Sul* e *100 Maiores Empresas Gaúchas*, da *Revista Amanhã*, feito em parceria com a Consultoria PwC, figurando na 12ª posição entre as maiores da Região Sul. Na lista dos 50 maiores patrimônios líquidos, o Sicredi aparece em 2º lugar.

11. Três relevantes Programas Sociais do Sistema SICREDI

No que respeita à Fundação, ela foi criada para prover as necessidades de pesquisa do Sistema e para prover de estrutura e recursos o inovador Programa “A UNIÃO FAZ A VIDA”. Este programa consiste na introdução de lições de cooperativismo, não em horas específicas, mas permeadas nos conteúdos das diversas disciplinas do Ensino Fundamental. O Programa nasceu em 1993 a pedido do então Presidente Ademar Schardong e foi elaborado por um grupo de professores de cooperativismo e economia solidária na Unisinos, São Leopoldo. No decorrer de sua elaboração pela equipe da Universidade, estes sempre mantiveram estreita interação e consulta com o Sistema Sicredi. Este programa, quando finalizado, mediante negociação de parcerias do Sistema Sicredi com entidades e lideranças do Município a ser negociado – prefeitura, sindicatos, cooperativas locais, associações, etc. –, foi implantado em 1995 no município piloto de Santo Cristo, a título de aplicação do teste e possíveis correções. Colhidas e inseridas as modificações e melhorias, a partir da experiência do teste piloto, o programa foi lançado oficialmente em 1997 em sete municípios do Estado, e depois, nos anos subsequentes, em outros tantos municípios do nosso e de outros dois Estados, tendo já beneficiado mais de 165 mil crianças e pré-adolescentes do Ensino Fundamental nestes 16 anos de funcionamento. Por razões de diminuição drástica no quadro da sua equipe de professores e estudiosos na área, a Unisinos, em época de crise financeira, saiu do Programa em 2004. Porém, uma atividade que não teve interrupção foi a oferta dos cursos de Especialização em Cooperativismo, que em 2013 ofereceu sua 32ª turma, como CESCOOP XXXII.

Particularizando agora com o Estado berço do cooperativismo de crédito e de suas várias iniciativas, temos no RS e SC 46 cooperativas, com 611 postos de atendimento – PACs, o que daria uma média de 13 postos por cooperativa e 1.967 cooperados por PAC. Isto considerando que há nos dois Estados 1,2 milhão de associados do Sistema Central Sicredi Sul RS/SC, ou seja, em média 26.666 associados por cooperativa. Suas cooperati-

vas estão presentes em 447 (90%) dos 497 Municípios do Estado do RS, o que representa um bom indicador de desenvolvimento regional e local, com melhor qualidade de vida. Os municípios com presença de cooperativa em seu território apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH geralmente superior ao dos municípios sem cooperativas, ou seja, 0,701 contra 0,666. A Região Sul do Brasil ostenta os melhores índices tanto num como noutro caso, ou seja, 0,789 contra 0,763 (Fonte: IBGE e OCB, 2005)⁸. O SISTEMA SICREDI foi considerado recentemente como a instituição financeira com a maior rede de atendimento do Estado. Administra no ano de 2014 ativos totais no valor de R\$ 38,8 bilhões e um patrimônio líquido de 5,3 bilhões. Segundo pesquisa recente, realizada em 103 diferentes setores, o SISTEMA SICREDI está entre as marcas dominantes do setor, com o segundo mais alto índice na lembrança e o terceiro na preferência entre todos os registrados pela pesquisa da QUALIDATA. Foi lembrada por 81,7% dos entrevistados, quase nove pontos percentuais a mais que o levantamento anterior. E na preferência, ganhou 7,8 pontos percentuais, chegando a 71,4%, o mais alto índice em três anos em que o setor é avaliado no projeto Marcas de Quem Decide (Jornal do Comércio, 2014, p. 46). O SISTEMA igualmente foi avaliado pelo CEO do Conselho Mundial do Setor, o economista Brian Branch. Segundo ele, o SISTEMA é um exemplo a ser seguido em termos de oferta de plataformas virtuais para serviços financeiros e de rápido crescimento da base de clientes, pois no último exercício o segmento obteve uma expansão de 20% em participação de mercado. No mesmo período deu um passo para o efetivo funcionamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGC, que assegura aos seus milhares de donos e usuários uma garantia mínima para tempos de crise (Jornal do Comércio, 31.03.2014, p. 16).

Em novembro de 2013, o Banco Cooperativo Sicredi foi eleito o Banco do Ano 2013 do Prêmio Relatório Bancário, cuja premiação foi baseada em critérios como o crescimento dos ativos totais, o aumento da carteira de crédito, a capilaridade da rede de atendimento e a responsabilidade social apoiando o processo de formação da juventude brasileira. Os números das Demonstrações Financeiras Combinadas também foram relevantes na definição do Banco Cooperativo Sicredi como vencedor. Ao longo dos últimos anos, o Prêmio Relatório Bancário firmou-se como uma importante referência de qualidade e eficiência do setor. Para concorrer ao Prêmio Destaque e ao Prêmio Excelência, as instituições financeiras devem inscrever cases. A institui-

8 O IDH é formado por quatro indicadores: o Produto Interno Bruto - PIB, a expectativa de vida, a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos de idade ou mais, e as taxas de matrícula bruta nos três níveis de ensino. Estes índices são divulgados a cada dez anos pelo PNUD/ONU, mas anualmente é divulgado um Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), que em 2005 sinalizou o Brasil em 68º lugar, numa lista de 177 países.

ção ainda foi finalista com o case Plataforma Multicanal, concorrendo com outros 57 inscritos na categoria de Melhor em Inovação de Tecnologia, do Prêmio Excelência, junto com os bancos Bradesco, Santander e Itaú-BBA.

Durante a Assembleia Geral da Conferência Mundial das Cooperativas de Crédito, o Woccu (Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito) concedeu destaque ao Sicredi por ter registrado o maior incremento no percentual de ativos. Na cerimônia de encerramento deste evento um colaborador do Sicredi conquistou o Woccu Young Credit Union People Program, como reconhecimento internacional para o *case* Cooperar e Crescer.

Retornando à cooperativa matriz do Sistema, a SICREDI PIONEIRA, nas suas 36 unidades de atendimento aos cooperados e nos 160 núcleos, adotou programas especiais para a crescente qualificação dos associados na condição de reais donos e usuários de suas organizações. Um deles é o “JEITO SICREDI DE SER”, que visa estabelecer o modelo de relacionamento de todas as cooperativas integrantes do Sistema, entre colaboradores, associados, conselheiros, coordenadores de núcleos e fornecedores. O programa capacita os colaboradores a agirem de acordo com os valores e os diferenciais da instituição financeira. Deste modo, o associado sente-se acolhido no País com o mesmo padrão de relacionamento” (SICREDI PIONEIRA, 2014, p. 17).

Outro programa da PIONEIRA e das outras cooperativas do SISTEMA é o PERTENCER, que visa aproximar o associado do dia a dia da cooperativa, incentivando-o a participar das decisões e acompanhar a implantação do que foi planejado. É organizado através dos 160 núcleos que observam a distribuição geográfica dos associados. Cada núcleo conta com um coordenador titular e até dois suplentes, eleitos pelos associados, tendo a responsabilidade de representar o voto do seu núcleo na Assembleia Geral, que segue as pré-assembleias em cada uma das unidades ou municípios. Os coordenadores constituem o elo entre os associados, a sua unidade de atendimento e o conselho de administração (SICREDI PIONEIRA, 2014, p. 18). Por meio do Programa PERTENCER ocorrem as assembleias de Núcleos no Município de cada unidade de atendimento. Nestas pré-assembleias são discutidos e votados antecipadamente os temas da Assembleia Geral, onde a decisão de cada núcleo será representada pelo coordenador do núcleo local. Nas últimas pré-assembleias participaram 8.322 associados, ou seja, 8,4% do corpo associativo. Curiosamente, em pequenos municípios, ou em localidades predominantemente rurais, ocorreu o maior percentual de participação dos associados locais nas pré-assembleias⁹.

9 Santa Lúcia do Piaí (distrito rural de Caxias) 41%, Linha Nova 30%, Alto Feliz 28%, Pinhal Alto 24%, Vila Cristina 21% (distrito rural de Caxias), Presidente Lucena 18%, Canela 17%, Picada Café 16%, Estância Velha e Vale Real 15% (Sicredi Pioneira, 2014, p. 18).

Um terceiro programa das cooperativas do Sistema SICREDI é o PROGRAMA CRESCER, que se concentra na educação cooperativa, oferecendo cursos e materiais de estudo para qualificar a participação dos associados no desenvolvimento da cooperativa. O associado aprofunda seus conhecimentos sobre cooperativismo e a gestão de sua cooperativa, conhecendo melhor e mais concretamente o seu papel de real dono da organização. Pode colher subsídios do programa, inclusive, relacionando-se via on-line com sua cooperativa (SICREDI PIONEIRA, 2014, p. 19).

12. A dinâmica participativa e protagonista das pré-assembleias

Preocupado em manter a autenticidade doutrinária e operacional cooperativa ao longo de sua expansão, o SISTEMA SICREDI introduziu, nos estatutos de todas as cooperativas filiadas, a exigência do recurso às pré-assembleias anuais. Estas são realizadas não apenas na sede de cada cooperativa, como era a prática até agora, mas também em cada agência ou Posto de Atendimento ao Cooperado – PAC e seus respectivos núcleos, repetindo os mesmos temas da pauta que devem ser discutidos e aprovados (ou sancionados) na Assembleia Geral Final da Cooperativa em cada uma das 100 cooperativas do País. Tais pré-assembleias ocorrem em março e abril de cada ano e sempre com a presença de membros da Diretoria da Cooperativa. Em 2013, o SISTEMA SICREDI/RS conseguiu verificar a presença de cerca de 28.633 participantes aos eventos das pré-assembleias, o que representa aproximadamente 9,72% da totalidade dos associados. Isso, sem dúvida, já é um notável progresso em termos de participação e protagonismo, em comparação ao potencial de mobilização de pessoas em empresas não cooperativas.

A SICREDI PIONEIRA, nas suas 36 Unidades de Atendimento, conta em média com 4,4 núcleos por unidade. Em 2012, teve a participação de 8.322 associados nas pré-assembleias, ou uma média de 231 associados por Unidade. E há geralmente uma assiduidade maior às pré-assembleias nos municípios ou nas localidades de menor número de pessoas. Esta foi a modalidade que a Cooperativa Sicredi Pioneira encontrou para aprofundar o modelo de gestão, enquanto democrático e participativo, já que o voto de todos os associados têm o mesmo valor. Antes da implantação das pré-assembleias por exigência estatutária, a presença de associados na única Assembleia Geral, sempre na sede da Cooperativa, conseguia reunir, no máximo, 550 a 600 associados, contra os 8.322 no processo das pré-assembleias, numa época em que já contava com dezenas de milhares de associados. Isto representa em torno de 14 vezes mais associados envolvidos no processo decisório e de consultas do que no período anterior (SICREDI PIONEIRA, 2014, p. 18).

12.1. A relevância das atividades de Amstad: Subsídios de Ostrom

Como reforço motivacional sobre a relevância da Herança Social de Amstad, cabe lembrar o argumento da Doutora Elinor Ostrom, da Universidade de Indiana e Prêmio Nobel de Economia em 2009, precisamente graças à sua longa e peculiar vivência com entidades associativas – os “commons”, acompanhadas em experiências nos Estados Unidos. Ela, mais política que economista, dotou o campo das ciências sociais de um novo enfoque em um dos assuntos que mais preocupam as questões da governança na ciência econômica: estudou como as pessoas se organizam e colaboram para gerir recursos comuns, como florestas, a água, os peixes, os recursos naturais, a infraestrutura econômica, a saúde, o patrimônio artístico, a ordem pública e a honestidade das instituições. Ostrom especializou-se em buscar exemplos e analisar pequenas sociedades que, em vez de competirem entre si pelos mesmos recursos naturais em processo de lenta extinção, aprenderam a cooperar para sobreviver. Ela contradisse a armadilha social conhecida por “tragédia dos comuns”, na qual interesses individuais se sobrepõem a um objetivo coletivo, resultando em destruição dos bens públicos e dos recursos escassos. Comprovou, na prática, que em ambientes de interesses isolados “todo bem comum será sobre-explorado, porque cada indivíduo que o usa procura obter o maior benefício possível dele, pois não colabora no cuidado do bom uso deste bem comum: água, ar, florestas, territórios de uso comum, etc. Ocorre então uma tragédia, porque não há uma solução, pois, ao final, todos perdem, o indivíduo e também o grupo e a coletividade maior”¹⁰.

Para Ostrom, a melhor forma de lidar com o problema de uso de recursos comuns é levar as comunidades, os grupos humanos, a não competirem em torno dos “commons”, mas a encontrarem a melhor forma de resolução coletiva dos problemas de externalidade dos “commons”, através das normas sociais específicas de cada contexto. As normas correspondem a valores internos ao grupo, e as regras são representações compartilhadas com o exterior. “A resolução coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, cuja institucionalização dentro de um grupo constitui uma incitação à cooperação e ao compartilhamento”¹¹.

Portanto, não existem soluções normativas universais que se apliquem a todos os contextos. Cada grupo humano tem as

10 <http://eleconomista.com.mx/entretenimiento/20.12/05/10/elinor-ostrom-problemas-colectivos-tienen-solucion>, disponível em 15.03.14.

11

suas especificidades comportamentais e interage num espaço geográfico distinto, o que leva a diferentes soluções para cada caso. Portanto, advoga-se uma descentralização policêntrica, onde cada grupo humano tem a capacidade de criar naturalmente as suas normas. A liberdade está na autonomia dos grupos para criarem as próprias regras, pois geralmente tais grupos, geograficamente localizados, atuam como unidades orgânicas com regras comunitárias que impedem o egoísmo de alastrar-se de forma prejudicial ao grupo¹². As pesquisas de Ostrom demonstraram o triunfo de uma terceira via, que não transita pelos caminhos da estatização nem da privatização. No que tange ao cooperativismo, e na perspectiva das visões político-sociais e das estratégias de Ostrom, podemos enfatizar os seguintes aspectos:

1. A Cooperativa é uma entidade de ação coletiva mais econômica, mais adequada para a solução dos problemas e desafios locais, mais fácil para juntar as pessoas, buscando a solução de problemas (O Estado é mais caro).

2. A organização cooperativa tende a funcionar bem quando predomina nela o processo da cooperação, quando há confiança, diálogo e transparência entre os cooperados, permitindo assim mais reciprocidade e a conseqüente solidariedade.

3. Na cooperativa tendem a fomentar-se os contatos face a face entre os cooperados, o que se facilita e facilita em cooperativas pequenas. Em cooperativas de grandes dimensões (geralmente em melhores condições para contrapor-se aos grandes conglomerados multinacionais capitalistas), o contato face a face se estabelece no ambiente dos núcleos de base, onde associados se reúnem e interagem entre poucas pessoas, apresentam um nível socioeconômico e cultural bastante homogêneo, sendo articulados por especialidade, linha, distrito, picada, coordenados por um coordenador e secretário e com dinâmica própria de reuniões.

4. A Cooperativa de produção devolve os resultados a quem produz, como efetivo agente da produção (Não a quem tem capital).

5. A Cooperativa é relevante instrumento de desenvolvimento local e sustentável das comunidades. Os cooperados, morando nas diversas localidades da área de atuação da cooperativa, ao terem uma melhoria de renda obtida mediante a cooperativa, tendem a investir a sua renda na melhoria de suas condições habitacionais, na crescente qualificação e melhoria da produção e produtividade, todas no próprio local ou na comunidade na qual vivem.

12 <http://oinsurgente.org./2012/06/12/o-adeus-a-elinor-ostrom-e-algumas-reflexões-sobre-o-seu-legado>, disponível a 15.03.14. Elinor Ostrom faleceu três anos após receber o Prêmio Nobel em Economia, a 12.06.2012, aos 78 anos em Bloomington, Indiana.

12.2. O reforço recente das Nações Unidas sobre a relevância das cooperativas em prol da produção familiar

Considerando que a ONU declarou 2014 como o Ano da Agricultura e da Produção Familiar, o Sistema Sicredi, desde suas remotas origens em 1902, sempre esteve muito próximo e acompanhando o produtor familiar. E convém considerar que ao longo de todo este período até o momento atual, o Sistema nunca abandonou este setor, responsável por 70% da produção de alimentos e por 75% do emprego de toda mão de obra ocupada no setor econômico primário.

Com vistas a mais protagonismo na produção familiar, os dirigentes da Diretoria do SISTEMA SICREDI, falando da relevância político-pedagógica das pré-assembleias, entendem que: “Este é um exercício de transparência que estamos mostrando à sociedade, cumprindo e praticando com os princípios fundamentais do cooperativismo, que enfatizam a transparência, a participação e o protagonismo”. É nas reuniões de cada núcleo local/municipal, e até nas reuniões de núcleos de base, debatendo temas, problemas e desafios da cooperativa, de sua natureza específica, do mercado, do processo produtivo, de como melhorá-lo e diversificá-lo, que os associados crescem em conhecimento e em experiência. Tudo isso é permeado através da cooperativa, que fomenta esta atividade, repetida uma ou mais vezes durante o ano, oferecendo um dos melhores ambientes para formar um associado maduro, com visão empreendedorial e, por isso, com plenas condições de exercer sua cidadania política na condução coletiva do bem-estar de sua comunidade municipal.

Pois, nesta perspectiva, segundo Bogardus, “A educação geral para cooperadores consiste em exercitá-los em boa cidadania, de modo a que não limitem, devido ao sentimento amplo de responsabilidade e atividade comunais, a maneira cooperadora de vida na qualidade de cidadãos. As cooperativas não vivem sós, mas sim, como aspectos da comunidade” (BOGARDUS, 1964, p. 76).

Em municípios com grande número de associados, para maior e melhor articulação, formaram-se núcleos ou comitês educativos de base e onde cada uma das 36 Unidades de Atendimento, como o PAC do município, reúne três ou quatro núcleos de base, para ali também discutir o temário da agenda da Assembleia Geral. Nos núcleos, como as menores unidades administrativas da cooperativa, onde cada uma delas conta com coordenador e secretário, há o melhor ambiente para a interação entre as pessoas, pois há maior homogeneidade cultural e socioeconômica entre os associados, onde todos se conhecem, há um maior clima de convivência e onde vivem intensamente as relações de vizinhança.

Os dirigentes da CENTRAL SICREDI SUL RS e SC entendem que este é o momento de agradecer aos associados pela confiança depositada na sua cooperativa e prestar contas das atividades do ano passado e deliberar os assuntos de 2014. Esta postura reafirma e fortalece a relação da cooperativa com os associados e as comunidades”, explica Gerson Seefeld, diretor executivo da Central Sicredi Sul RS e SC.

A iniciativa pioneira de Amstad, que ao longo de seus contatos com a região colonial expressava o relevante papel social do cooperativismo e associativismo, 110 anos depois do lançamento da cooperativa pioneira em Nova Petrópolis, teve confirmada sua fé e empenho no cooperativismo, quando em 2012 as Nações Unidas instituíram o Ano Internacional do Cooperativismo. Segundo o Secretário Ban Ki-moon: “Ao longo da crise financeira, as instituições financeiras cooperativas têm provado a sua força e resistência, beneficiando os membros, funcionários e clientes. Elas têm mantido altas classificações de crédito, os ativos e os volumes de negócios cresceram e ampliaram sua participação e base de clientes/associados”¹³. Por isso, considerando que as cooperativas foram no mundo todo as entidades que melhor e mais rapidamente souberam responder à crise econômica desencadeada pelo capitalismo em 2008, o Secretário recomenda aos Governos que apoiem e fortaleçam as organizações cooperativas.

Em sintonia com o tema – a empresa cooperativa continua forte em tempos de crise –, o Secretário Ban Ki-moon apontou também a solidariedade do setor e disse que as cooperativas podem capacitar os jovens para responder melhor à crise de emprego. E continua: “Depois de desastres, como terremotos, tsunamis e inundações, as cooperativas têm demonstrado a sua capacidade de mobilizar a solidariedade para a reconstrução. Cooperativas agrícolas melhoraram a produtividade dos agricultores, facilitando o acesso aos mercados, crédito, seguros e tecnologia.” O Secretário também considera que: “Cooperativas Sociais podem constituir uma importante rede de segurança em face do declínio do bem-estar público”, junto aos setores mais pobres da população.

Referências Bibliográficas

AMSTAD, Theodoro. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. 645 p.

AMSTAD, Theodoro. *Memórias Autobiográficas*. São Leopoldo: Unisinos, 1981. 217 p.

BOGARDUS, Emory. *Princípios de cooperação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Edit. Lidador, 1964, 91 p.

13 <http://cooperativismodecredito.com.br/news/2013/07/onu-ban-ki-moon-cooperativas-demonstram-resiliencia-em-tempos-de-incerteza/>, acesso em 10.04.14.

BRAGA FILHO, Edson de Oliveira. *Sustentabilidade e cooperativismo – Uma filosofia para o amanhã*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, 246 p.

EL ECONOMISTA. *Elinor Ostrom: los problemas colectivos tienen solución*. Disponível em <http://eleconomista.com.mx/entretenimiento/20.12/05/10/elinor-ostrom-problemas-colectivos-tienen-solucion>. Acesso em 15.03.14.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Marcas de Quem Decide – As Mais Lembradas e as Preferidas – Caderno Especial*, 31.03.2014, 168 p.

LAMBERT, Paul. *La doctrina cooperativa*. Buenos Aires: INTERCOOP, 1975, 357p.

MLADENATZ, Gromoslav. *História das doutrinas cooperativistas*. Brasília: Confabras, 2003. 272 p.

NEIS, Ruben. *Simpósio da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (2.: 1976: São Leopoldo, RS). Padre Teodoro Amstad: iniciador do cooperativismo de crédito no Brasil. Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, n. 13, 1976, p. 65-87.

O INSURGENTE. *O Adeus a Elinor Ostrom e Algumas Reflexões Sobre o seu Legado*. Disponível em <http://oinsurgente.org/2012/06/12/o-adeus-a-elinor-ostrom-e-algumas-reflexoes-sobre-o-seu-legado/>. Acesso em 15.03.14.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. *ONU: Ban Ki-moon: Cooperativas demonstram resiliência em tempos de incerteza*. Disponível em <http://cooperativismodecredito.com.br/news/2013/07/onu-ban-ki-moon-cooperativas-demonstram-resiliencia-em-tempos-de-incerteza/>. Acesso em 10.04.14

RAMBO, Arthur Blásio. *Jesuítas no Sul do Brasil – O projeto pastoral*. São Leopoldo: Edunisinós, 2013, 333 p.

RAMBO, Arthur Blásio. *O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil*. São Leopoldo, Revista Perspectiva Econômica, No. 62-63, Série Cooperativismo, No. 24-25, 1988, 276 p.

RAMBO, Arthur Blásio. *Theodor Amstad. Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 35, n. 110, p. 5-37, 2000.

RAMBO, Arthur Blásio. *Somando forças – O projeto social dos jesuítas no Sul do Brasil*. São Leopoldo/RS: Ed. Unisinós, 2011, 380 p.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

SABOURIN, Eric. “Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: Aportes de Elinor Ostrom ao debate”, In *Sustentabilidade em Debate*, p. 144-145. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/viewArticle/1689>. Acesso em 10.04.14

SCHNEIDER, José Odelso (Org.). *A Educação cooperativa e suas práticas*. Brasília/São Leopoldo: SESCOOP/UNISINÓS, 2003, 256 p.

SICREDI PIONEIRA – *Relatório Anual 2013*. Ano 6 – Edição 9, 04 de fevereiro de 2014, 34 p.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil – Autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000 (Coleção Economia), 360 p.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais – Thomas Kesselring* *Juizos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx

- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro

- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhese
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Favero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Rôber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A phília como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingos
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva

- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”)* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Marièle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D’Assunção Barros



José Odelso Schneider, SJ, possui bacharelado e licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Filosofia do Colégio Máximo Cristo Rei (1970), graduação em Sociologia Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1966), graduação em Teologia pela Pontifícia Faculdade de Teologia Cristo Rei São Leopoldo (1974), mestrado em Ciências Del Desarrollo pelo Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales (1970) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (1990). Atualmente é professor da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e editor da revista Economia Solidária e Ação Cooperativa – ESAC, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: cooperativismo, educação e desenvolvimento, discriminação, trabalho, educação cooperativa, teorias sociológicas, sociologia geral, sociologia do trabalho, sociologia do desenvolvimento e globalização.

Algumas obras do autor

SCHNEIDER, J. O. Cooperativa Social e a produção de liberdade dos egressos do sistema prisional. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 45, p. 171-180, 2009.

_____. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação, em: Economia Solidária e Ação Cooperativa. *ESAC. Economia Solidária e Ação Cooperativa* (UNISINOS), v. 1, p. 33-48, 2006.

_____. La Fedeltà societaria nella realtà cooperativa. *Rivista Della Cooperazione*, Trimestrale di cultura cooperativa europea. Roma, Instituto Luigi Luzzatti, v. 1, p. 63-83, 2006.